

36º Encontro Anual da ANPOCS

GT 19 – Memória social, museus e patrimônios:
Novas construções de sentidos e experiências de transdisciplinaridade

Desenterrando memórias: uma análise das disputas
em torno de sítios arqueológicos afrodescendentes na Zona Portuária do Rio de Janeiro¹

Simone Pondé Vassallo

Caxambu, 21 a 25 de outubro de 2012

¹ Simone Pondé Vassallo é professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/PPGSOC do IUPERJ. E-mail: sisife@terra.com.br. Alguns trechos desse trabalho foram extraídos da minha apresentação na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia (Vassallo, 2012).

Introdução

A Zona Portuária do Rio de Janeiro compreende os atuais bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo, onde também se localizam os morros da Conceição, do Livramento, da Providência e do Pinto. Desde os anos 2.000, esta região vem sendo alvo de projetos urbanísticos da Prefeitura, que culminam com o atual Porto Maravilha, em pleno processo de execução. Trata-se de um projeto de modernização que implica em enormes intervenções no seu espaço físico e na sua geografia humana, visando a adequação da cidade, no entendimento da Prefeitura, aos grandes eventos que irá abrigar: a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Portanto, o interesse no estudo dessa localidade reside na possibilidade de apreensão de uma sociedade em pleno processo de transformação (Miagusko, 2008), em que novos significados estão em construção, a partir de relações de conflito e de negociação.

O projeto de modernização põe em prática uma série de dinâmicas patrimonializantes, nas quais certos locais e práticas são alçados à categoria de patrimônio histórico e cultural e tornam-se alvo de roteiros turísticos. Neste processo simultâneo de modernização e de patrimonialização da localidade, há uma valorização progressiva do seu passado negro-africano e dos sítios arqueológicos a ele relacionados. O Cemitério dos Pretos Novos ganha destaque, o Cais do Valongo é desenterrado e exposto à visitação e é criado pela Prefeitura o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana na Zona Portuária do Rio de Janeiro².

Em meio às obras da Prefeitura, locais e objetos encontrados por arqueólogos ganham visibilidade e passam a integrar uma rede de significados que vai sendo progressivamente construída. Eles se tornam objetos sociais, na medida em que são assimilados às dinâmicas dos seres humanos e às suas mediações. Nesse movimento, adquirem significados próprios em função dos contextos em que se inserem. São alvo de processos sociais e simbólicos por meio dos quais se transformam em “ícones legitimadores de idéias, valores e identidades assumidas por diversos grupos e categorias sociais” (Gonçalves, 2007: 24). Investidos de significados próprios e

² De acordo com os historiadores e arqueólogos que desenvolvem pesquisas na localidade, no Cemitério dos Pretos Novos foram enterrados africanos recém-desembarcados dos navios negreiros em fins do século XVIII e início do XIX. O Cais do Valongo foi por onde esses mesmos africanos desembarcaram, no mesmo período, e foi recentemente desenterrado e exposto ao público. O Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana foi criado a partir de um decreto da Prefeitura, em novembro de 2011. Dele fazem parte o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos, dentre outras localidades, conforme veremos.

contextuais, dotam-se de um papel de agência (Gell, 1998) através do qual influenciam as ações humanas e propiciam a elaboração de subjetividades. Tornam-se, eles próprios, mediadores entre os homens e o mundo visível e invisível, entre o passado, o presente e o futuro (Gonçalves, 2007). Uma extensa literatura antropológica, ao longo do século XX, dedica-se ao estudo das relações entre homens e objetos e sua dimensão simbólica e, portanto, socialmente construída.

Este trabalho procura refletir sobre os novos significados atribuídos à região portuária através da observação de como foram sendo ressemantizados os objetos e locais encontrados pelos arqueólogos durante as obras de reurbanização. Para tanto, analiso o processo de elaboração do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana e, mais especificamente, do sítio arqueológico Cais do Valongo³. Acredito que, nesse novo contexto do projeto Porto Maravilha, emergem novos entendimentos, práticas e sensibilidades relacionados ao passado negro-africano da região⁴. Portanto, trata-se de um momento de intensa ressignificação da Zona Portuária, em que ganha destaque a sua dimensão afrodescendente. Algumas das questões que me coloco são: quais significados se constroem em torno desses lugares e objetos quando são desenterrados e passam a integrar as redes de relações entre os homens? Como, nesse processo, sua dimensão afrodescendente vai ganhando força e visibilidade? Quais os atores, as ações e as representações que contribuem nesse sentido? Que jogos de força e que disputas eles nos permitem entrever entre diferentes grupos e setores da sociedade civil e do Estado?

Os novos significados que a Zona Portuária adquire não emergem espontaneamente, são fruto de uma construção social progressiva e historicamente situada. Os locais e objetos encontrados pelos arqueólogos não possuem nenhum significado imanente. Eles *transformam-se* em sítios arqueológicos. Ainda que não haja necessariamente um deslocamento físico, como no caso do Cais do Valongo, há uma recontextualização quando se tornam sítios arqueológicos e passam a integrar o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana na Zona Portuária. Novos significados lhes são atribuídos, ao mesmo tempo em que integram novas redes de relações entre pessoas e

³ Neste trabalho, limito-me aos significados relacionados ao passado negro-africano da região, mas há diversas outras leituras possíveis que não serão abordadas aqui, como as que dizem respeito à moradia, ao mundo da arte, aos negócios, entre outras.

⁴ Não se trata de representações inteiramente novas, mas que são reformuladas no novo contexto. Logo à frente, tratarei brevemente de alguns momentos dessa construção histórica e processual.

objetos, dentro das quais emergem os seus novos sentidos. Nesse processo, passam a ser cultuados por seu valor de testemunho (Londres, 2001).

Stocking Jr. (1985) e James Clifford (1985) mencionam os processos de descontextualização que caracterizam a trajetória de objetos etnográficos, quando são retirados de seu contexto habitual, e de recontextualização, quando são colocados à mostra nos museus. Cria-se uma relação metonímica em que esses objetos passam a encarnar totalidades abstratas, ou seja, a suposta cultura ou grupo étnico ao qual pertencem.

O Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos não estão mais no contexto histórico que lhes deu origem e para o qual eram dotados de certos usos e significados. Ao serem escavados e expostos ao público, eles foram recontextualizados. Eles se transformaram, respectivamente, nos sítios arqueológicos Cais do Valongo e Cemitério dos Pretos Novos, o que implica numa conversão simbólica. Deixaram de desempenhar suas funções de cais e de cemitério, respectivamente, e passaram a integrar a categoria patrimônio. Nesse processo, algumas leituras se sobrepõem a outras possíveis, ordenando os relatos, dando-lhes novos sentidos, contribuindo para o afloramento de certas emoções. Pretendo aqui refletir sobre algumas dinâmicas que permearam a construção progressiva dessas novas representações, a partir da análise da criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Urbanização e patrimonialização da Zona Portuária

Para melhor compreendermos as dinâmicas que vêm ocorrendo na Zona Portuária, é preciso considerarmos os projetos modernizantes destinados à localidade, que tendem a ser acompanhados do seu reverso, os processos de patrimonialização. Ambos devem ser entendidos como fazendo parte de um mesmo contexto, compondo os dois lados de uma mesma moeda. Pois é o imaginário relacionado a uma necessidade de “modernização” que traz consigo o desejo de se “preservar” alguns locais escolhidos como “vestígios do passado”. Diversos autores apontam para a ruptura em relação à vida cotidiana que perpassa os modernos entendimentos da categoria patrimônio e as políticas que a acompanham. Walter Benjamin menciona as novas formas de (des)articulação que

ocorrem entre as dinâmicas sociais, os objetos e os lugares, bem como os novos significados que estes adquirem no mundo moderno, “que dá uma nova beleza ao que está desaparecendo” e que “tem se desenvolvido concomitantemente com toda uma evolução secular das forças produtivas” (Benjamin, 1985). Richard Handler chama de objetificação da cultura (Handler, 1984) o fenômeno que entende a cultura como um domínio próprio de atuação, afastado do vivido e das relações sociais, e intimamente relacionado ao processo de construção e de legitimação dos modernos estados nacionais. Tal processo parte de uma percepção homogeneizante da nação, que não reconhece sua pluralidade interna e que é severamente criticada hoje pela perspectiva multicultural. Francis Yates menciona as técnicas de memória que entrelaçam imagens e lugares, que atribui ao processo de laicização da memória e ao aparecimento da escrita (Yates, 1974). A dissociação entre lugares, experiências e memórias também é analisada por Pierre Nora. Ela leva à emergência dos lugares de memória, que encarnam o passado em meio às incertezas e as transformações incessantes que caracterizam o mundo moderno (Nora, 1995). Menciono agora alguns momentos marcantes das dinâmicas de modernização e de patrimonialização que ocorrem na Zona Portuária, sem me deter em análises minuciosas.

O primeiro grande projeto urbanístico voltado para a localidade foi, sem dúvida alguma, o de modernização do porto realizado durante a reforma do prefeito Pereira Passos, na primeira década do século XX. Neste momento, as pequenas enseadas e os inúmeros atracadouros e trapiches da região foram aterrados para que as atividades portuárias pudessem se ampliar e se dinamizar⁵. Em relação às políticas de patrimonialização, o auge modernizante e nacionalista dos anos 1930, que levou à criação do SPHAN⁶, foi responsável pelos primeiros tombamentos na localidade: os Jardins Suspensos do Valongo – criados durante a reforma Pereira Passos no local onde anteriormente havia funcionado o mercado de escravos –, a Igreja de São Francisco da Prainha, a Fortaleza da Conceição e o Palácio Episcopal. Nesse momento, o interesse das políticas oficiais de tombamento recaía sobre a história e a arquitetura luso-colonial, católica e militar, o que justifica a escolha dessas localidades.

⁵ As atividades portuárias marcaram muito a região até os anos 1960, quando entraram em decadência devido aos novos processos de modernização da produção e do escoamento de mercadorias. A partir de então, deslocaram-se para outras regiões do município e do estado, o que causou um grande impacto na localidade. Entre os moradores, frequentadores e pesquisadores do lugar, há relatos sobre a importância local do Sindicato dos Arrumadores, posteriormente transformado em Sindicato dos Estivadores, tido como o primeiro a ser criado no país, bem como sobre as intensas relações entre a estiva e o samba.

⁶ Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN.

A partir da segunda metade do séc. XX, começam a surgir políticas preservacionistas internacionais que estimulam a reabilitação de áreas consideradas de “importância histórica”. É nesse contexto que os centros históricos de diversas cidades vão sendo revitalizados, o que leva a uma transformação de seus usos e de sua população, bem como a uma valorização imobiliária. Segundo a urbanista Clarissa da Costa Moreira,

“As posturas municipais de preservação do Centro [do Rio] iniciam-se em 1978, regulando o gabarito das construções, impedindo a reunificação de lotes e desmontes que desfigurassem o perfil natural das encostas, na região do morro do Pinto, Providência, Conceição e Santa Tereza (...). O Projeto Corredor Cultural, iniciado na década de 1980, é uma referência nesse sentido, com uma proposta de preservação do conjunto de sobrados e da morfologia de áreas delimitadas pelo próprio projeto, com o objetivo de reintroduzir usos ligados à cultura, ao turismo e ao comércio e serviços. O Corredor Cultural é um marco do processo de retorno ao Centro...” (Moreira, 2004: 90).

Para Roberta Guimarães, antropóloga, “A emergência das noções de ‘sítio histórico’ e de ‘área de preservação cultural’ a partir da década de 1970 nas políticas públicas nacionais e regionais voltadas para a identificação de patrimônios, redefiniram as classificações que estavam incidindo sobre essas áreas portuária e central, propondo uma clivagem de sua funcionalidade dentro da dinâmica da cidade. Assim, os bairros que até então eram predominantemente destinados aos usos comerciais, industriais e de serviços, começaram a ser valorizados por seus aspectos ‘culturais’” (Guimarães, 2011: 213).

Em 1983 é publicado *Tia Ciata e a Pequena África*, de Roberto Moura. O livro se propõe a narrar as formas de sociabilidade afro-brasileiras existentes na região portuária em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando a grande concentração de negros fez com que a localidade fosse comumente chamada de “Pequena África” brasileira. O autor descreve os cortiços, as revoltas populares urbanas⁷, as festas, as rodas de samba, os ranchos carnavalescos e os cultos de candomblé que ali ocorriam. Menciona a importância da Pedra do Sal nestas celebrações, bem como de figuras como Tia Ciata, João Alabá, Donga, João da Baiana, Heitor dos Prazeres e Pixinguinha. O livro de Roberto Moura tornou-se uma grande referência local e inspirou algumas dinâmicas patrimoniais. A primeira delas foi a proposta de tombamento da Pedra do Sal, redigida um ano depois da publicação do livro

⁷ Em particular a Revolta da Vacina e a da Chibata, ambas ocorridas na primeira década do século XX.

e que o cita explicitamente. Em 1987, a Pedra do Sal foi efetivamente tombada pelo Governo do Estado e, em 1988, a prefeitura tombou um cortiço e um sobrado⁸ (Guimarães, 2011: 34). Poucos anos depois foi criado na Gamboa o Centro Cultural José Bonifácio, destinado à valorização da cultura afro-brasileira.

Também nos anos 1980 foi elaborada uma proposta da Associação Comercial do Rio de Janeiro de se criar um Centro Internacional de Comércio junto ao cais do porto, com um grande showroom de produtos brasileiros, ligado a uma infra-estrutura de lazer e comércio: o Teleporto na zona portuária. Para fazer face a esse projeto, moradores da região, juntamente com alguns representantes do poder público, criaram em 1984 o Projeto Sagas, com o objetivo de elaborar uma legislação de proteção do patrimônio cultural da região portuária. Essa iniciativa resultou na chamada “Lei do Sagas”⁹, o Decreto n. 7.351/88, que fixou normas de intervenção e de construção, preservou cerca de 2.000 bens e impediu a construção do teleporto. Há ainda outras legislações de proteção, como a Portaria 002 do IPHAN, que protege o morro da Conceição (Moreira, 2004; Guimarães, 2011).

Em fins dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, foram se delineando projetos de reabilitação e de revitalização da região portuária. É nesse contexto que, em outubro de 2001, foi oficialmente divulgado o Projeto Porto do Rio, idealizado pelo então prefeito, César Maia, que assumiu a prefeitura de 2001 a 2008. Tratava-se de um projeto de “recuperação” e “revitalização” que se inspirava em experiências semelhantes ocorridas em importantes cidades portuárias do mundo. Além de alterar as condições de utilização e ocupação do solo, o Porto do Rio previa a construção de uma filial do Museu Guggenheim, que acabou não ocorrendo. O projeto em si não se concretizou, mas contribuiu para intensas transformações nas dinâmicas de moradores e agentes culturais locais, e levou à inauguração da Vila Olímpica da Gamboa e da Cidade do Samba, em 2005 e 2006, respectivamente. Também promoveu uma reforma do terminal de passageiros do porto, que incentivou o desembarque de turistas de cruzeiros marítimos.

Nesse contexto de valorização da localidade pelo poder público municipal foi fundado, em 2005, o Instituto dos Pretos Novos – Museu Memorial (IPN). O Instituto foi criado pelo casal Merced e Petrúcio que, em 1996, em meio a obras em sua

⁸ Trata-se de um momento de flexibilização das políticas patrimoniais oficiais, quando começam a ser tombados bens culturais que representam grupos minoritários, como o terreiro de candomblé da Casa Branca, em Salvador, e a Serra da Barriga, em Alagoas, onde se localizou o Quilombo de Palmares. Essas transformações culminam com o decreto que institui o Registro do Patrimônio Imaterial, em 2.000.

⁹ O termo SAGAS retoma as iniciais do nome dos três bairros que integram o projeto: Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

residência na Gamboa, descobriu um sítio arqueológico no subsolo: o Cemitério dos Pretos Novos. De acordo com os historiadores e arqueólogos do Instituto, trata-se de um local que havia sido destinado ao sepultamento de cativos africanos que morriam no momento próximo ao desembarque, antes de serem vendidos como escravos. O cemitério funcionou entre a década de 1770 – quando o desembarque de cativos africanos foi transferido da Praça XV para a região do Valongo – e o ano de 1831 – quando a proibição do tráfico negreiro transatlântico levou ao seu fechamento (Pereira, 2007; Honorato, 2008; Tavares, 2012). O IPN foi criado com o objetivo de divulgar a história do cemitério e de denunciar o modo desumano pelo qual os sepultamentos foram ali realizados. Ali, o casal começou a organizar eventos relacionados à cultura afro-brasileira, como rodas de samba, jongo e capoeira, bem como seminários e debates sobre o tema. O IPN atraiu para si alguns pesquisadores cujos trabalhos vêm contribuindo imensamente para a divulgação da história afro-brasileira na região. São eles Júlio César Pereira, autor de uma dissertação de mestrado em história e de um livro em que conta a história dos Pretos Novos no Rio de Janeiro (Pereira, 2007); Cláudio Honorato, que também realizou uma dissertação de mestrado em história em que analisa a transferência do mercado de escravos da Praça XV para o Valongo (Honorato, 2008); Reinaldo Tavares, autor de uma dissertação de mestrado em arqueologia sobre o Cemitério dos Pretos Novos (Tavares, 2012).

Em sua pesquisa, Júlio César explica quem eram os Pretos Novos: os africanos recém desembarcados que ainda não haviam sido comercializados. Também eram “novos” por serem geralmente muito jovens. O autor detém-se sobretudo no modo como eram procedidos os enterramentos no cemitério: à flor da terra, ou seja, a poucos centímetros do chão. Segundo ele, os ritos eram extremamente sucintos e não demonstravam o menor respeito pelos que eram enterrados (Pereira, 2007).

O trabalho de Cláudio Honorato concentra-se na transferência do mercado de escravos da Praça XV para a região do Valongo, nas últimas décadas do século XVIII. Ele fornece várias informações sobre como era o desembarque dos escravos na localidade, a quarentena a que eram submetidos no Lazareto, a colocação à venda dos que sobreviviam, no mercado de escravos do Valongo, e o enterro dos que morriam no período anterior ao desembarque, no Cemitério dos Pretos Novos. Cláudio cunha o termo “Complexo do Valongo” para referir-se às diferentes localidades relacionadas ao tráfico negreiro, e as práticas que as entrelaçavam, na região do Valongo, nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX (Honorato, 2008).

Reinaldo Tavares, por sua vez, escavou dois poços de sondagem dentro do Instituto dos Pretos Novos, onde descobriu diversas ossadas humanas e objetos que a elas se mesclavam. Através da análise desse material, descobriu que os corpos ali enterrados haviam sido queimados e triturados para abrir espaço para os novos cadáveres, que não paravam de chegar. Além disso, percebeu que o local funcionava, simultaneamente à existência do cemitério, em depósito de lixo (Tavares, 2012).

A partir de 2010, o IPN torna-se Ponto de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e passa a oferecer semanalmente oficinas de história da escravidão e da Zona Portuária, realizadas pelos três pesquisadores mencionados acima¹⁰. Mais recentemente, foi inaugurado no local o Memorial Pretos Novos, em que são expostos alguns dos resultados das pesquisas realizadas pelos três pesquisadores da instituição, bem como alguns dos objetos encontrados pelo arqueólogo em suas escavações. Através de suas ações, o IPN tornou-se uma referência fundamental para a valorização da memória dos afrodescendentes na região. Em meio ao interesse provocado pelo sítio arqueológico Pretos Novos, o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, ao longo dos anos 2.000, tentou convencer representantes de órgãos federais e municipais a desenterrar o Cais do Valongo, que havia sido um importante local de embarque e desembarque de mercadorias e de escravos. Chegaram a ocorrer negociações com representantes da Prefeitura, do Iphan e do Arquivo Geral da Cidade, mas o projeto não foi adiante.

A presença da prefeitura também se fez sentir através de intenções patrimonializantes. Com a descoberta e divulgação do sítio arqueológico Pretos Novos, foi criado o Decreto municipal nº 24088, de 5 de abril de 2004, que determinou a construção do Portal dos Pretos Novos, a ser instalado na Praça do Comércio, localizada na Saúde, onde no passado ficava o mercado de escravos. De acordo com o mesmo, “No Portal dos Pretos Novos serão simbolicamente colocados os restos mortais daqueles sepultados sem respeito à dignidade humana no que ficou conhecido como cemitério dos Pretos Novos no Bairro da Gamboa”. O Portal simbolizaria “uma das portas de acesso à cidade colonial de São Sebastião do Rio de Janeiro”. Além disso, previa-se a criação de um Museu a Céu Aberto, composto pelo Centro Cultural José Bonifácio, o Cemitério dos Pretos Novos, os Jardins Suspensos do Valongo, a Pedra do Sal, as igrejas históricas, dentre outros, onde seriam instaladas placas indicativas e um mapa. Também foi prevista a reurbanização da área que integrava esse circuito. A intenção do

¹⁰ Há também as oficinas promovidas por Carla Marques sobre os projetos de urbanização da Zona Portuária, fruto de sua dissertação de mestrado em Geografia (Marques, 2008).

Decreto era a de “demarcar as influências da cultura negra no território da cidade do Rio de Janeiro, em especial no bairro da Saúde e Gamboa”. Diz ainda o documento: “Com as recentes descobertas de remanescentes do antigo Cemitério dos Pretos Novos no Bairro da Gamboa, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro inicia em 2002 uma série de estudos e propostas de intervenção, com o objetivo da valorização da cultura negra e da sua memória representada nos achados arqueológicos”. A criação do Decreto também foi fruto das negociações do historiador Carlos Eugênio Líbano Soares com o Prefeito e outros representantes do poder público municipal, visando o desenterramento do Cais do Valongo e a sensibilização sobre a importância da história negra na localidade. Nem o portal e nem o museu a céu aberto foram criados, mas algumas placas foram colocadas nos locais mencionados no decreto explicando sucintamente sua importância histórica.

Foi também nos anos 2.000 que se deflagrou o conflito fundiário envolvendo o Quilombo da Pedra do Sal – cuja certificação de comunidade remanescente de quilombo foi concedida pela Fundação Palmares em 2005 – e a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT). Os integrantes do Quilombo acusavam a VOT, possuidora de imóveis no entorno da Pedra do Sal, de aumentar o aluguel e despejar inquilinos por conta da valorização fundiária acarretada pelo projeto de reforma urbanística da prefeitura. Em 2006, como exigência do processo judicial envolvendo o Quilombo e a VOT, foi elaborado um Relatório Histórico e Antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal, que também traz referências explícitas ao livro de Roberto Moura e contribuiu para a repercussão do imaginário sobre a memória afro-brasileira na região portuária. De acordo com suas autoras¹¹, a região da Pedra do Sal é formada por uma tríade identitária: o porto, o samba e o santo. Elas mencionam a importância histórica do trabalho no porto, das rodas de samba, dos ranchos carnavalescos, do povo-de-santo e das revoltas populares na localidade. As relatoras delimitam o território da Pequena África como indo do Caju à Praça Mauá. O conflito é divulgado na grande imprensa, tornando a região um pouco mais conhecida pelos de fora. Nesse momento, alguns integrantes da comunidade quilombola criam o projeto Sal do Samba, que organiza rodas de samba semanalmente na Pedra do Sal. As rodas perduram até hoje e atraem regularmente um grande público jovem para a região. Os integrantes do Quilombo também começam a organizar festas na Pedra do Sal em datas específicas,

¹¹ São elas: a antropóloga Eliane Cantarino e as historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, todas professoras e pesquisadoras da UFF.

como no Dia da Consciência Negra (20 de novembro), no Dia Nacional do Samba (2 de dezembro) e no Dia de São Jorge (23 de abril). Nestas comemorações, além de rodas de samba, são realizadas lavagens da Pedra do Sal pelo Afoxé Filhos de Gandhi e por integrantes de religiões de matriz africana.

Segundo o relato de alguns moradores, o Afoxé Filhos de Gandhi foi criado em meados do século XX por trabalhadores do porto e tem hoje um importante papel na região. Sua sede localiza-se no sopé do Morro da Conceição, imediatamente ao lado dos Jardins Suspensos do Valongo. O Gandhi, como é popularmente chamado, também está envolvido na disputa fundiária do Quilombo da Pedra do Sal e é regularmente convidado a se apresentar na Pedra do Sal, no Instituto dos Pretos Novos e em outras localidades, por ocasião de festividades. Há ainda outros atores locais que se destacaram progressivamente como agentes culturais que, de alguma maneira, fazem referência à história afro-brasileira em suas dinâmicas. Dentre eles, podemos mencionar o bloco de carnaval Escravos da Mauá que, desde 1993, promove ensaios e rodas de samba mensais no Largo da Prainha, a poucos metros da Pedra do Sal. O bloco foi criado por integrantes do INT – Instituto Nacional de Tecnologia, também localizado na região portuária – e tem por objetivo “contar a história da região portuária, do samba, da cultura negra, tudo num clima de amizade”, segundo o site www.escravosdamaua.com.br. Mais recentemente, já nos anos 2.000 foi criado por moradores da região o bloco do Prata Preta, em homenagem ao capoeirista que atendia por esse apelido e que teve uma importante atuação na Saúde durante a Revolta da Vacina. Portanto, para além das ações do Estado – ou talvez em reação a elas –, há importantes atores locais que contribuem para a valorização da memória afro-descendente na zona portuária¹².

O Projeto Porto Maravilha e as novas dinâmicas patrimonializantes da região portuária

Em janeiro de 2009, Eduardo Paes assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro tendo como um de seus maiores projetos a “revitalização” da região portuária. Pouco depois, o

¹² Esta lista não é exaustiva. Há vários outros agentes culturais locais que promovem atividades relacionadas à cultura negra e que não foram mencionados aqui.

Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e foi decidido que parte das estruturas físicas destinadas às Olimpíadas ficaria localizada na Zona Portuária. Além disso, o Rio já havia sido escolhido como uma das cidades a sediar a Copa do Mundo de 2014. A partir de então, as intenções de reurbanização ganharam mais força e deram origem ao Projeto Porto Maravilha, que começou a ser executado ainda em 2009.

Através da Lei Municipal nº 101/2009 foi criada a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. De acordo com o site oficial do Projeto Porto Maravilha, “sua finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região (...). O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho” (www.portomaravilha.com.br). O projeto prevê a ampliação da estrutura viária – com a criação de novas vias e túneis de acesso e a reurbanização de 70 km de vias já existentes –, a modernização de toda a infraestrutura urbana, o aumento de 50% na capacidade de fluxo de tráfego na região e o aumento da população de 22 mil para 100 mil habitantes em 10 anos. Prevê também a criação de dois museus monumentais: o Museu do Amanhã e o MAR – Museu de Arte do Rio de Janeiro –, ambos em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Para implementar e gerir as obras e serviços públicos na região, a Prefeitura criou a CDURP, Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. Esta companhia, por sua vez, criou dois programas, o Porto Cidadão e o Porto Cultural, que pretendem desenvolver o que consideram ser ações sociais e culturais na localidade.

Para financiar as obras, a Prefeitura criou a Lei Municipal Complementar nº 101/2009, que “autoriza o aumento do potencial construtivo na região, ou seja, permite a construção além dos limites atuais, com exceção das áreas de preservação, de patrimônio cultural e arquitetônico, e dos prédios destinados ao serviço público”. Através deste recurso, que visa atrair investidores para a região, a Prefeitura criou os CEPACs – Certificados de Potencial Adicional Construtivo –, voltados para a exploração desse novo potencial construtivo. “Todo o valor arrecadado com a venda dos CEPACs é obrigatoriamente investido na melhoria da infraestrutura urbana e em serviços na região”, ainda de acordo com o site oficial do projeto (www.portomaravilha.com.br). O novo potencial de construção chega a 50 andares em certas vias. De acordo com a Operação Urbana, ao menos 3% do valor arrecadado com

a venda dos CEPACs deve ser investido na valorização do patrimônio material e imaterial e em programas de desenvolvimento social, sob a responsabilidade dos programas Porto Cultural e Porto Cidadão, respectivamente.

Os impactos locais desse projeto são imensos e estão em pleno processo. Atualmente, a região portuária tornou-se um imenso canteiro de obras, com tratores e escavadeiras por toda parte, e palco de conflitos e reivindicações de movimentos sociais junto a diversos órgãos do Estado¹³. Por tratar-se de uma região histórica e repleta de vestígios arqueológicos, o IPHAN determina que seja obrigatória a presença de arqueólogos junto às obras. A arqueóloga Tânia Andrade Lima, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ, foi então contratada pela Prefeitura para fornecer o serviço de consultoria. Tânia, por sua vez, convidou o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares para integrar a sua equipe.

Tânia e Carlos Eugênio tinham a intenção de aproveitar a obra na região para localizar o Cais do Valongo. Para tanto, elaboraram um projeto destinado a desenterrar o cais, o que foi conseguido em março de 2011. A grande surpresa foi a constatação de que o cais estava em bom estado de conservação, suas estruturas ainda visíveis tinham mais de 100 metros de comprimento. O sítio arqueológico, localizado na atual Av. Barão de Tefé, passou então a ficar exposto em meio às obras, aos tapumes e às escavadeiras¹⁴.

De acordo com o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, o desembarque de africanos no Valongo começou a ocorrer por volta de 1779, através de uma estrutura de madeira, quando foi transferido da Praça XV para lá. O Cais do Valongo que está agora em exposição foi construído com pedras, em 1811, e durou oficialmente até 1831, quando o tráfico negreiro foi proibido. O tráfico continuou ocorrendo depois dessa data, mas era feito clandestinamente. Em 1843, o Cais da Imperatriz foi construído sobre as pedras do Cais do Valongo, para que ali desembarcasse a Imperatriz Tereza Cristina, futura esposa de D. Pedro II. Com a reforma do Prefeito Pereira Passos, na primeira década do século XX, o Cais da Imperatriz também foi encoberto.

A partir deste achado arqueológico, as dinâmicas e as disputas patrimoniais da região tomaram novos rumos. Num primeiro momento, as escavações trouxeram à tona as

¹³ Ver Flávia Costa (2011) para as primeiras movimentações de moradores a partir de então.

¹⁴ Essas informações me foram transmitidas pessoalmente. Atualmente, com as obras de escavação, os vestígios dos dois cais estão expostos, tanto o do Valongo quanto o da Imperatriz.

antigas estruturas de pedra do Cais da Imperatriz. Segundo matéria publicada na grande imprensa, o prefeito Eduardo Paes teria então visitado o local e declarado que ficou muito entusiasmado com a descoberta e iria fazer dali “as nossas ruínas romanas”. Teria dito ainda que faria nas imediações do cais um centro de referência (www.estadao.com.br , de 01/03/2011), onde provavelmente ficariam expostos alguns dos objetos encontrados pela equipe de arqueólogos. Se essa matéria estiver correta, as intenções do Prefeito de expor o sítio arqueológico à visita foram anteriores à descoberta do Cais do Valongo. Portanto, inicialmente, não parecia haver nenhuma intenção particular da Prefeitura em valorizar a dimensão afrodescendente da localidade, apesar da existência do IPN, do Decreto elaborado por César Maia e outras evidências do passado afro-brasileiro na região.

Essa hipótese ganha força se analisarmos o primeiro projeto arquitetônico voltado para a exibição pública dos dois cais, elaborado pelo então Subsecretário de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design, Washington Fajardo, já depois do Cais do Valongo ter sido também desenterrado. A matéria de <http://oglobo.globo.com/rio>, de 10 de março de 2011, “Cariocas e turistas poderão ver de arquivadas como eram os Cais da Imperatriz e do Valongo”, exhibe esse primeiro projeto arquitetônico. Nele, observamos um espaço retangular composto por um piso de pedras homogêneas e de um nível só, aparentemente todo refeito, que termina num espelho d’água artificial, simulando o mar aterrado durante as obras de Pereira Passos. O projeto também prevê uma linha do tempo com informações históricas sobre os dois cais. Na matéria jornalística que o apresenta, o Subsecretário de Patrimônio Cultural faz menção à história do Cais da Imperatriz e à do Valongo, mas as duas possuem a mesma importância. O seu interesse, nesse momento, reside em mostrar os três momentos da história daquele sítio arqueológico: o do desembarque de africanos cativos, o do desembarque da Imperatriz Tereza Cristina e o do aterramento durante as obras de Pereira Passos. Não há privilégio de nenhum momento histórico sobre os outros. No entanto, os três momentos ali representados aparecem num plano só, o piso retangular de pedras, que aplaina a sua densidade histórica. Notamos, nesse projeto, que não há nenhuma ênfase na dramaticidade da história negro-africana e que esta vai sendo valorizada progressivamente. O título da matéria jornalística também evidencia a vontade inicial de se valorizar tanto o Cais da Imperatriz quanto o do Valongo. Portanto, se houve uma progressiva mudança semântica, ela se deve à atuação e à

pressão de alguns agentes e à criação de novos dispositivos políticos e jurídicos garantidos pela Constituição de 1988.

Logo depois dos dois cais terem sido encontrados e do primeiro projeto arquitetônico ter sido elaborado, começaram a haver reuniões das quais participaram o então superintendente do Iphan, Carlos Fernando Andrade, o prefeito Eduardo Paes, Washington Fajardo e Tânia Andrade Lima, para que o Iphan estudasse melhor a proposta. O projeto, no entanto, foi vetado pelo Iphan, pois não havia a participação da sociedade civil em sua elaboração. O veto do órgão responsável pela proteção do patrimônio histórico e cultural ocorreu num contexto subsequente à Constituição de 1988, que cria a noção de “direitos culturais” da sociedade civil, ao mesmo tempo em que passa a garanti-los. Com isso, cria novos sujeitos políticos e jurídicos, a quem é atribuído o papel de legitimar esses mesmos direitos através da sua participação (Arruti, 2006; Steil, 2001). A partir de então, as políticas voltadas para a preservação do patrimônio começaram a se flexibilizar e a exigir a participação popular em suas elaborações e a representação de distintos grupos que compõem a nação brasileira¹⁵. O Artigo 215 da Constituição trata do pleno exercício dos direitos culturais e do acesso às fontes da cultura nacional, da valorização e difusão das manifestações culturais, bem como da proteção assegurada pelo Estado às manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, assim como as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. O teor desse Artigo caracteriza o perfil de uma sociedade em busca de uma perspectiva pluricultural no âmbito da nação e mostra que parte das reivindicações do Movimento Negro foram contempladas (D’Adeski, 1997: 173).

A arqueóloga Tânia Andrade Lima, ao contrário dos representantes do poder público municipal até então, tinha um outro entendimento acerca da importância do recém encontrado sítio arqueológico e sua atuação certamente contribuiu para os novos rumos que foram adquirindo as interpretações do cais. Ela se inspira na atuação de Michael Blakey, bioarqueólogo com quem mantém contatos acadêmicos e que desenvolveu uma série de pesquisas no African Burial Ground, em Nova Iorque¹⁶. Para ele, era importante que os próprios afro-americanos participassem ativamente da pesquisa e formulassem as

¹⁵ A flexibilização das políticas de patrimônio realizadas pelo Iphan começam a ocorrer no início dos anos 1980, quando Aloísio Magalhães assume a direção do Instituto, e também por pressões de integrantes do Movimento Negro, que levam ao tombamento da Casa Branca, prestigioso terreiro de candomblé de Salvador (Velho, 2006), dentre outras ações. Mas ela se torna bem mais efetiva depois da criação da nova Constituição.

¹⁶ Local em que, no início dos anos 1990, foram encontradas ossadas de escravos e que se tornou hoje um Monumento Nacional Americano.

questões que sua equipe procuraria responder, em vez de serem simplesmente informados dos seus resultados. Ele acredita que a pesquisa deve contribuir para o empoderamento da comunidade, na medida em que traz à tona suas histórias e memórias oprimidas e distorcidas pela visão eurocêntrica. Michael Blakey cunhou o termo “comunidade de descendentes” para referir-se àqueles que, segundo ele, deveriam ser os atuais representantes dos que ali haviam sido enterrados, criando, a nível simbólico, uma continuidade direta e sanguínea. Portanto, era esse grupo pensado como herdeiro que deveria ser chamado a participar das pesquisas (Blakey, 2010).

A arqueóloga Tânia Andrade Lima compactua com a idéia de que a arqueologia deve contribuir no sentido de trazer à tona as memórias de grupos discriminados e submetidos a intensas relações de opressão. Influenciada pela atuação de Michael Blakey em Nova Iorque, convidou quatro ialorixás, de quatro linhas diferentes, a ajudarem-na a lidar com a energia do local e a interpretar os objetos pertencentes a religiões de matriz africana encontrados durante as obras. Também convidou alguns integrantes do Movimento Negro. Em matéria divulgada na Revista de História, em 2012, declarou: “o nosso maior interesse não era o Cais da Imperatriz, mas o do Valongo, que foi vítima de apagamento deliberado, como se fosse uma chaga vergonhosa do Rio de Janeiro”. Ainda segundo ela, “havia uma circunstância de amnésia social e a arqueologia é contra essa prática”. Em outro depoimento, diz ela: “Nós tínhamos a superposição de dois sítios arqueológicos: o Cais da Imperatriz sobre o Cais do Valongo. O nosso foco nesse projeto era o Cais do Valongo, especificamente, não por privilegiar um determinado período de tempo em detrimento de outro, mas sim porque a realeza, a nobreza, em geral, se fizeram suficientemente lembrar (...). Mas não os escravos. Os escravos foram esquecidos e, mais do que isso, eles foram deliberadamente apagados ao ser colocado sobre o Cais do Valongo o Cais da Imperatriz, num processo de superposição de oposição fortemente simbólico. Sobre a escória humana trazida da África foi colocada uma princesa européia, uma Bourbon, a Princesa das Duas Cecílias. Ela pisando sobre os negros” (www.youtube.com/watch?v=RQP_8pn0U3E). Tânia fala ainda da importância que atribui aos incontáveis objetos que encontrou, pertencentes aos africanos recém chegados¹⁷: “Então aqui nós temos um discurso silencioso desses negros. Eles falam

¹⁷ Os objetos encontrados pertencem aos diversos segmentos sociais da época do funcionamento dos dois cais. Há artigos da vida cotidiana, objetos religiosos, objetos bélicos, dentre outros. Há objetos de origem portuguesa, inglesa, africana, indígena, dentre outras procedências. A grande imprensa divulgou alguns

acerca deles mesmos através desses objetos. Depõem sobre seu desespero, sobre suas esperanças, sobre suas crenças, e deixaram isso para os seus descendentes, é o que restou deles” (idem). As declarações de Tânia são importantes na medida em que mostram como as representações que relacionam o Cais do Valongo à escravidão negra e ao seu sofrimento vão ganhando força. Possibilitam a emergência das memórias subterrâneas (Pollak, 1989 e 1992) daqueles que foram submetidos a uma intensa violência física e simbólica.

O discurso de Tânia se situa dentro de um contexto mais amplo e internacional em que ganham força, nas últimas décadas, as perspectivas críticas em relação aos museus e as políticas patrimoniais nacionais. Povos submetidos à dominação colonial, antropólogos e outros agentes sociais começam a denunciar os museus etnográficos pelo ocultamento das relações de poder contidas na sua produção e na aquisição de suas peças. Inúmeras críticas são dirigidas ao sentido moderno das coleções, dos patrimônios nacionais e dos museus, que trazem consigo a ilusão da representação adequada do mundo, informada por uma leitura ocidental, evolucionista e pretensamente científica. Nesse processo, retiram-se os objetos de seus contextos específicos e fazem-nos representar totalidades abstratas. Tais críticos reivindicam que a história da coleção e da recontextualização de objetos não ocidentais, bem como das relações de poder que as perpassam, deva hoje integrar qualquer exposição (Clifford, 1985). Também ganham força as reivindicações de repatriamento de objetos etnográficos e de restos mortais pertencentes a indivíduos e grupos submetidos à dominação colonial (Vérant, 2012). Órgãos internacionais voltados para a promoção da diversidade étnica e cultural, como a Unesco, se sensibilizam com a questão e procuram pressionar os Estados nacionais nesse sentido, através de seus pactos e convenções, desde fins da Segunda Guerra Mundial.

A nível nacional, é importante destacar a atuação do movimento negro. Desde fins dos anos 1970, com primeiros movimentos de abertura política, ainda sob a ditadura militar, a militância negra começou a se reorganizar e deu origem ao que alguns chamam hoje de Movimento Negro Contemporâneo (Alberti & Pereira, 2007). Este se caracteriza, dentre outras ações, pela valorização de uma perspectiva afrocêntrica e pelo investimento na cultura como estratégia de luta (Gomes, 2010; Guimarães, 2012). Além

desses achados, que já encheram cerca de sete containers. Todos estão sendo catalogados e analisados pela equipe arqueológica, mas o grande interesse de Tânia, como ela própria afirma, recai sobre os objetos utilizados pelos africanos e seus descendentes.

disso, denuncia veementemente o chamado “mito da democracia racial” que oculta as relações de poder e as inúmeras práticas discriminatórias que perpassam a sociedade brasileira.

Esse é o macrocontexto de valorização e politização das memórias subterrâneas no qual as novas interpretações sobre o Cais do Valongo são elaboradas. Elas resultam da vontade de trazer à tona os aspectos nefastos das relações de dominação entre negros e brancos, num contexto contemporâneo de denúncia da perspectiva assimilacionista do Estado brasileiro expressa no seu mito de origem, a “fábula das três raças” (Da Matta, 1993). Por isso é que, através do Cais do Valongo e dos objetos encontrados, Tânia procura dar voz aos que foram silenciados pela história.

A arqueóloga Tânia tinha uma especial preocupação em divulgar o achado para os afrodescendentes, por acreditar que estes deveriam ter um papel fundamental nas decisões a serem tomadas sobre o cais, tal como o que ocorreu no African Burial Ground de Nova Iorque. Solicitou ao IPN, com quem já mantinha contato através de seu então orientando, Reinaldo Tavares, que convidasse integrantes do movimento negro para visitarem o sítio arqueológico. A visita foi organizada com representantes do CEDINE, da Fundação Palmares e da CEPPIR¹⁸, além do próprio IPN. Nesse momento, Tânia deu-lhes longas informações sobre a importância histórica do cais e foi redigida a Carta do Valongo, segundo a qual o cais de mesmo nome foi “o principal porto de entrada dos africanos escravizados trazidos para o Rio de Janeiro”¹⁹. A Carta reivindicava a criação de um memorial da diáspora africana na região.

A exposição e a valorização do sítio arqueológico pelo poder público municipal atraiu rapidamente a mídia. Tanto a grande imprensa quanto as mídias digitais começaram a divulgar inúmeras matérias sobre o novo sítio encontrado, em que reproduziam a importância do Cais do Valongo como sendo o principal porto de desembarque de africanos escravizados na cidade, no país ou até mesmo no mundo. O número de africanos que por ali desembarcaram varia de acordo com a matéria. Algumas mencionam que foram algumas centenas de milhares, outras chegam a falar em 5 milhões. Nessas reportagens, é constante a presença da arqueóloga Tânia Andrade Lima reforçando a importância histórica do cais e a sua íntima relação com a escravidão

¹⁸ CEDINE: Conselho Estadual dos Direitos do Negro; CEPPIR: Coordenadoria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, órgão municipal vinculado à SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão federal).

¹⁹ Trecho da Carta do Valongo, redigida por ocasião dessa visita, em 17 de março de 2011, e assinada por todos os presentes.

no Brasil, bem como dos pesquisadores do IPN – Júlio César Pereira, Cláudio Honorato e Reinaldo Tavares – e da própria Merced. Muitas destas reportagens foram realizadas no IPN e no Cais do Valongo e permitiram a ampla veiculação do Cemitério dos Pretos Novos e do IPN. Através dessas matérias, os pesquisadores da instituição expõem a importância da história afrodescendente na região e alguns de seus lugares particularmente relevantes: o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos, o Mercado de Escravos, o Lazareto, entre outros²⁰. O Cais da Imperatriz, quando é citado, encarna a elite branca e seu poder de dominação.

A partir de então, diferentes instituições ligadas ao movimento negro e representantes do Instituto dos Pretos Novos começaram a se reunir para avaliar os rumos do sítio arqueológico. A SUPIR²¹ promoveu algumas reuniões com lideranças do movimento negro, da cultura afro-brasileira e com representantes do IPN para pensar os destinos do Cais do Valongo e propor a criação de um memorial da diáspora africana nas suas imediações. Ao longo dessas reuniões, foi elaborada uma Proposta de Carta Aberta de reivindicações referentes ao Cais do Valongo e à Pequena África. Segundo este documento, veiculado entre os participantes, “por esse cais passou boa parte dos antepassados que deram origem ao maior grupo étnico do Brasil contemporâneo. Portanto, a ancestralidade de mais da metade da população brasileira tem ali uma forte referência simbólica”. Através do documento, percebemos a enorme importância que a militância negra envolvida no processo atribui ao cais, já que, segundo eles, por ali passaram boa parte dos ancestrais dos negros da atualidade de todo o Brasil. O documento também reivindica a preservação do sítio arqueológico, o que revela o temor de que a história dos africanos que por ali desembarcaram não fosse valorizada pelos órgãos públicos responsáveis pela preservação do sítio. Mais do que isso, temia-se o próprio aterramento do cais, já que o Projeto Porto Maravilha previa o alargamento da Av. Barão de Tefé, justamente onde ele se situava.

Vários indivíduos e grupos, ligados ou não ao movimento negro, começaram a organizar eventos e manifestações junto ao Cais do Valongo. Em 13 de maio de 2011, no aniversário da Abolição da Escravidão, foi realizada uma marcha em defesa da criação de um memorial da diáspora africana na Zona Portuária, que incluiu

²⁰ A mídia também divulgou a pesquisa reiniciada em 2010 com as ossadas encontradas pelo casal Guimarães dos Anjos, em 1996, que havia sido interrompida com a morte de Lilia Chewiche Machado. A atual equipe de pesquisadores reúne antropólogos e bioarqueólogos, vindos da Fiocruz, da UnB, do Museu Nacional/UFRJ e da Universidade de Indiana, nos EUA.

²¹ Superintendência de Políticas de Igualdade Racial, órgão estadual vinculado à SEPPIR, que é federal.

representantes da CUT²², da Fundação Palmares, da SEPPIR, da SUPIR, da CEPPIR, do IPCN²³, do IPN, do Afoxé Filhos de Gandhi, de religiões de matriz africana, dentre outros. A marcha se iniciou nas imediações do Cais do Valongo, ainda em obras e rodeado de tapumes, e terminou no Instituto dos Pretos Novos, que ofereceu uma feijoada nas proximidades. Durante a marcha, alguém declarou que ali foram enterrados os ossos dos seus bisavós, referindo-se ao Cemitério dos Pretos Novos. Falou-se nos atuais direitos e condições de vida dos negros e na importância da luta contra o racismo e comentaram: “É de chorar”. Uma semana antes, as lideranças negras haviam organizado uma visita da Ministra da SEPPIR, Luíza Bairos, ao Cais do Valongo, e a mesma fala, repleta de emoção, havia sido proferida: “É de chorar”. Ali também foram realizadas duas homenagens póstumas a Abdias Nascimento, logo após o seu falecimento e um ano após o mesmo. Algumas rodas de capoeira também começaram a se organizar no local. Percebemos, assim, uma forte mobilização de lideranças negras e de outros representantes da sociedade civil no sentido de transformar o Cais do Valongo num símbolo da história do sofrimento, das lutas e da resistência dos africanos e de seus descendentes no Brasil. Através do cais, cria-se, a nível simbólico, uma relação de continuidade entre o passado e o presente que une as dimensões política, de parentesco e religiosa. Por isso, procuram se apropriar de um monumento que consideram contar a sua própria história.

Pouco depois do cais ter sido desenterrado, conselheiros do COMDEDINE²⁴ começaram a tentar estabelecer contato com o Subsecretário do Patrimônio Cultural, Washington Fajardo, responsável pela elaboração do projeto arquitetônico do Cais, mas não foram atendidos em suas solicitações. De acordo com o relato de um deles, foi necessária a intervenção do Prefeito para que Fajardo começasse a recebê-los. Em 29 de setembro de 2011, num clima bastante tenso, foi realizada uma Audiência Pública para se discutir questões relacionadas ao Cais do Valongo e à criação de um memorial da diáspora africana. Estavam ali presentes os conselheiros do COMDEDINE, que havia solicitado a audiência, representantes da CDURP, o Subsecretário Washington Fajardo e alguns outros membros da subsecretaria, representantes do IPN, do Quilombo da Pedra do Sal, moradores do Morro da Conceição, dentre outros. Nesta ocasião, Giovanni Harvey, conselheiro do Comdedine, solicitou publicamente que o projeto

²² Central Única de Trabalhadores.

²³ Instituto de Pesquisa das Culturas Negras.

²⁴ COMDEDINE: Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro.

arquitetônico fosse realizado em co-autoria com um arquiteto negro. Disse ele: “não tenho nenhuma objeção a que um arquiteto branco faça o projeto do cais, mas tenho todas as objeções se ele não conversar com o movimento negro. Temos o direito de decidir como vamos ser representados, como vamos contar essa história. Não podemos ser usurpados do direito de contar essa história”. Através dessas ações, os integrantes do Movimento Negro reivindicam uma participação efetiva da comunidade negra nas decisões referentes ao cais e pressionam, de diversas maneiras, a prefeitura e os órgãos municipais diretamente envolvidos no projeto²⁵ para que sejam levados em conta. Não querem que o Estado produza sozinho as representações sobre aqueles que consideram ser os seus ancestrais e os seus lugares de memória.

A partir de então, foram finalmente realizadas algumas reuniões entre o COMDEDINE e o Subsecretário de Patrimônio Cultural, através das quais foi se elaborando o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Zona Portuária e ao Grupo de Trabalho de mesmo nome. Em fins de 2011, próximo ao Dia da Consciência Negra e no Ano Internacional dos Afrodescendentes, eleito pela ONU, a prefeitura criou o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, através do Decreto nº 34803, de 29 de novembro de 2011. Apartentemente, houve também uma inspiração no que havia sido criado anteriormente por César Maia. De acordo com o Decreto, o circuito foi criado devido à “necessidade de se socializar os diversos sítios arqueológicos existentes na região, notadamente o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos”. Ele inclui o Centro Cultural José Bonifácio, o Cemitério dos Pretos Novos, o Cais do Valongo e da Imperatriz, os Jardins Suspensos do Valongo, o Largo do Depósito – onde se localizava o mercado de escravos – e a Pedra do Sal. O Decreto também instituiu o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do circuito, que incluiu representantes da CDURP, da Subsecretaria de Patrimônio Cultural, do COMDEDINE, da CEPPIR, do IPN, a arqueóloga Tânia Andrade Lima, os historiadores Alberto da Costa e Silva e Carlos Eugênio Líbano Soares, o antropólogo Milton Guran, algumas importantes ialorixás, alguns agentes culturais locais, dentre outros. O GT da Herança Africana, como passou a ser informalmente chamado, parecia atender às exigências do IPHAN de participação popular na elaboração do Circuito e do projeto arquitetônico referente ao cais.

²⁵ São eles, principalmente, a CDURP e a Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design.

As reuniões do Grupo e Trabalho Curatorial começaram em meio a muitas dificuldades até se firmarem. Apesar da disposição da militância negra de participar ativamente da elaboração do projeto arquitetônico do Cais do Valongo e do seu entorno, as discussões foram fortemente marcadas pela presença de Washington Fajardo. Elas giraram sobretudo em torno da redação de uma Carta de Recomendações do Valongo, que seria entregue ao Prefeito, e do conteúdo dos totens e das placas indicativas do Circuito. Na Carta, os integrantes do GT se propõem a construir coletivamente as estratégias de valorização da memória e proteção deste importante patrimônio. Entendem o patrimônio histórico e arqueológico da região portuária fornece um fio condutor da construção das desigualdades do país e recomendam que o projeto urbanístico destinado à exposição pública do Cais do Valongo intervenha o mínimo possível no sítio arqueológico. Consideram o Cais do Valongo um local sagrado, pois foi a porta de entrada de diferentes cultos de matriz africana no país. Não havia tempo para grandes discussões de fundo, pois, pois determinação dos representantes do poder público municipal envolvidos, o material deveria estar pronto no dia da inauguração da primeira fase das obras do Porto Maravilha, em 1º de julho de 2007. Neste momento, a Carta de Recomendações seria entregue ao Prefeito e algumas das placas indicativas já estariam expostas²⁶. Ao longo desse processo, os conselheiros do COMDEDINE queixavam-se de não conseguir ter acesso ao novo projeto arquitetônico que o Subsecretário de Patrimônio Cultural estava elaborando para o cais e chegaram a cogitar o seu veto, ainda que isso pudesse implicar no seu possível aterramento, tamanha era a sensação de exclusão.

Em meio às reuniões, um dos conselheiros sugeriu que a escolha do símbolo do Circuito fosse realizada por ialorixás, por entender que há uma dimensão sagrada que permeia a história e a arqueologia do local. O COMDEDINE escolheu então três ialorixás: Mãe Beata e Mãe Edelzuita, duas das mais prestigiosas lideranças de religiões de matriz africana no Rio de Janeiro, e Mãe Celina, que havia integrado a equipe da arqueóloga Tânia, para que sentissem a energia dos locais. Decidiu-se que elas visitariam o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos e a Pedra do Sal, principais pontos do Circuito, para que “fizessem um sagrado”, nos seus termos, a partir do qual os orixás lhes comunicariam qual deveria ser o símbolo escolhido. A primeira visita ocorreu no dia 11 de maio de 2012 e teve início pelo Instituto dos Pretos Novos. Quase

²⁶ A primeira fase da obra incluía praticamente toda a região coberta pelo Circuito, à exceção do Cemitério dos Pretos Novos.

todos os representantes do GT estavam presentes, bem como o Subsecretário de Patrimônio Cultural e outros integrantes da Subsecretaria, representantes da CDURP e do poder público municipal. Logo no início do evento, Washington Fajardo tomou a palavra e atribuiu ao Prefeito o começo de toda essa iniciativa, com a criação do Decreto em que foi instituído o Circuito da Herança Africana. Declarou que o acontecimento daquele dia era um desdobramento do trabalho da sua Subsecretaria, através da participação da CDURP, da CEPPIR, do COMDEDINE e do Grupo de Trabalho Curatorial. O Subsecretário mencionou a complexidade da presença negra na região portuária e que, nesse momento de recuperação da área, era preocupação do Prefeito colocar luz nessa história. No entanto, vimos que sua intenção de ressaltar a memória afrodescendente nem sempre se manifestou publicamente, sobretudo nos primeiros meses que sucederam a escavação do cais. Além disso, ainda que seu discurso faça menção à participação do movimento negro e de outros representantes da sociedade civil nesse processo de patrimonialização, sua ênfase recai na atuação do poder público municipal.

Em seguida, o arqueólogo Reinaldo Tavares fez uma longa exposição sobre a maneira pela qual os corpos haviam sido enterrados no Cemitério dos Pretos Novos. Nesse momento, o grupo estava reunido em volta dos buracos que ele havia escavado durante a sua pesquisa e que deixavam à mostra inúmeras ossadas dos que ali haviam sido enterrados. Segundo ele, “não há corpos aqui, há restos de ossos destruídos. Esse é um cemitério de vala comum, com pequenos buracos em que os ossos são empilhados. Quando não há mais lugar, outra vala é aberta. Mas os corpos continuam chegando. As valas mais antigas são reabertas, os restos de corpos são quebrados, incendiados, e novos corpos são ali colocados”. Reinaldo mencionou ainda que encontrou lixo urbano misturado às ossadas e datados da mesma época em que o cemitério estava em funcionamento, como restos de comida, cacos de louça e de telha. Esse fato que o levou a concluir que o local funcionava como depósito de lixo ao mesmo tempo em que servia como cemitério de africanos recém-desembarcados e que, portanto, os que foram ali enterrados representavam o lixo da sociedade. Mãe Beata, então, declarou: “Hoje é um dia muito importante e muito triste. Nasci numa senzala. Meu bisavô era escravo, minha avó foi vendida como escrava de ganho e sofreu violência física. Esse é um momento de rever toda a minha história. Ainda no século XXI vemos as histórias dos negros que foram maltratados”. O momento era de muita comoção. Mãe Beata tinha lágrimas nos olhos e algumas mulheres choraram. Em seguida, Mãe Edelzuita falou: de ano em ano é

preciso haver uma celebração, isso não pode ficar no anonimato. É muito sério, chocante, revoltante. Mas já foi feito. Agora temos que preservar nossa história”. Merced, diretora do IPN, acrescentou: “Eu também tenho um sentimento, fui eu que achei (...). Tenho um sentimento muito forte por eles [os que estão enterrados], chamo de meninos, porque são crianças. Aqui é o único testemunho de que, além da falta de respeito em vida, faltou respeito na morte”. Dulce, atual presidenta do COMDEDINE, contou que sua avó, por volta de 1935, fugiu de uma fazenda, “por causa da escravidão que ainda existia e existe até hoje. Fugiu de madrugada, com duas crianças. Só não foi perseguida porque era mulher e pouco produtiva. Se fosse homem, teria tido o destino dos que estão aqui”, e apontou para os ossos. Mãe Edelzuita disse que sentiu uma grande força de Xangô, orixá vivo, responsável por cada homem, mulher, osso e pedra, e símbolo da justiça. A partir desses relatos, percebemos que os fatos ali apresentados foram relacionados a histórias familiares e de vida, passaram a compor o sofrimento de cada um e de todos ao mesmo tempo. Tal como no Cais do Valongo, o patrimônio arqueológico ali exposto faz a mediação entre as gerações, as temporalidades, os vivos, os mortos e as divindades. Mas contém também uma forte dimensão política, pois o sofrimento dos antepassados e o dos que se pensam como seus descendentes atuais torna-se um só e justifica e legitima as lutas do presente contra a discriminação racial.

Ao fim de algumas visitas das ialorixás ao Cais do Valongo, ao Cemitério dos Pretos Novos e à Pedra do Sal, foi elaborado um relatório. O documento ressalta que, no Cais do Valongo, Mãe Edelzuita sentiu vibrações muito fortes de seus ancestrais e enfatizou a urgência de um trabalho espiritual para trazer paz e conforto àqueles que, há mais de duzentos anos, clamavam por justiça. A ialorixá também reivindicou que, pelo mesmo motivo, fosse realizada anualmente uma lavagem nas pedras do cais. Para ela, na região do Valongo está a raiz de toda a ancestralidade afro-brasileira. Conforme o que já havia sido anunciado, as ialorixás escolheram Xangô como símbolo do Circuito. Através da atuação das ialorixás, há um reforço dos vínculos entre os antepassados que desembarcaram no cais, os que foram enterrados nos Pretos Novos, e os seus descendentes que estão vivos na atualidade. A necessidade de justiça impõe-se às ações do passado e do presente. Mãe Edelzuita enviou aos integrantes do Grupo de Trabalho Curatorial a foto de uma imagem de Xangô utilizada na África, para que se tornasse o símbolo do Circuito. Washington Fajardo respondeu aos participantes do GT que, por motivos técnicos, a imagem escolhida por Mãe Edelzuita não poderia ser utilizada e que, no lugar, colocariam uma do martelo de Xangô. Mais uma vez, as decisões de

representantes do poder público municipal se sobrepõem às da sociedade civil que deveria estar na base do processo de patrimonialização.

Em abril de 2012, mais uma grande novidade envolveu o Cais do Valongo e os seus arredores. O antropólogo Milton Guran e as historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, todos da UFF, tornaram público o *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil*, contendo o levantamento dos 100 lugares mais relevantes relacionados à escravidão dos africanos no Brasil. Dentre os locais inventariados consta o Complexo do Valongo, que inclui “o Cais e o Mercado do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos, a Casa de Zungus e Residência de africanos com culto” (Mattos, H.; Abreu, M.; Guran, M., 2012). O trabalho integra a pesquisa “Rota do escravo: resistência, herança e liberdade”, promovida pela Unesco em vários países. De acordo com Milton Guran, a inclusão do Complexo do Valongo se deu por sugestão do historiador Cláudio Honorato, que colaborou com o projeto. Por ocasião da sua divulgação, Milton Guran declarou publicamente que, dentre os locais inventariados, considerava o Complexo do Valongo o mais relevante de todo o Brasil. A prefeitura tem a intenção de solicitar à UNESCO que o Cais do Valongo seja reconhecido como Patrimônio da Humanidade.

De acordo com o IPHAN, a adesão da sociedade civil é uma etapa obrigatória do processo de tombamento do patrimônio cultural, pois diz respeito aos direitos culturais garantidos pela Constituição. Em consonância com os novos procedimentos democráticos que caracterizam a atuação de diversos órgãos públicos nas últimas décadas, o IPHAN determina que a elaboração do Circuito da Herança Africana só se efetive se obtiver a legitimidade do grupo diretamente envolvido com o mesmo. Para atender a essas expectativas, foi realizada uma audiência pública em 26 de junho de 2012 com o intuito de respaldar, junto à sociedade mais ampla, o conteúdo da Carta de Recomendações que havia sido elaborada pelos integrantes do Grupo de Trabalho Curatorial. A audiência transcorreu num clima de afabilidade e consistiu essencialmente na leitura da Carta de Recomendações do Valongo para um público mais amplo, composto principalmente de integrantes do Movimento Negro. Deste modo, os órgãos da Prefeitura diretamente responsáveis pela viabilização do Circuito obtiveram o aval popular e o projeto arquitetônico pode ser executado.

O término das obras no Sítio Arqueológico Cais do Valongo e Cais da Imperatriz e sua exposição pública ocorreram pouco antes da inauguração, pelo Prefeito, da primeira fase das obras do Projeto Porto Maravilha. Esta fase abrange o Morro da Conceição e

parte do seu entorno, inclusive os locais que compõem o Circuito da Herança Africana, à exceção do Instituto dos Pretos Novos. Na versão final do monumento, houve apenas o que foi considerada uma “intervenção mínima” no seu espaço físico. Ao contrário do que se propunha no primeiro projeto arquitetônico, não houve nenhum material ou elemento visual que não fossem as próprias pedras dos dois cais. Entretanto, a exposição de qualquer sítio arqueológico exige o que é chamado de “trabalho de limpeza”. Este consiste, entre outras coisas, em retirar alguns dos elementos visuais que ali se encontram e enfatizar outros. Portanto, trata-se de deixar mais claro para o público aquilo que se quer ressaltar. Além do trabalho de limpeza dos arqueólogos, há o projeto arquitetônico destinado ao local e que também consiste numa forma de intervenção. Nesse processo, constroem-se narrativas sobre o sítio, que são aquelas que se deseja transmitir ao público que visita o local. Portanto, os sítios arqueológicos não expõem simplesmente um momento da história, eles narram uma versão dessa história, a partir daquilo que se quer contar. No caso do Cais do Valongo e da Imperatriz, é interessante comparar o momento de caos visual, durante as obras, quando era difícil distinguir os diferentes vestígios expostos ao olhar, com a versão final da narrativa, em que temos alguns blocos de pedras do Cais da Imperatriz sobre a extensão das pedras do Cais do Valongo. Vemos claramente dois momentos da história: o Cais da Imperatriz, representado por uns poucos quadriláteros de pedras regulares e homogêneas, e uma grande extensão do Cais do Valongo, feito de pedras de tamanhos e formas irregulares, sobre o qual o outro foi construído. A última versão do sítio arqueológico consagra a perspectiva que privilegia o Cais do Valongo em detrimento do da Imperatriz. Nesta narrativa, o cais construído para o desembarque da futura esposa do Imperador encarna a elite dominante, de origem européia e discriminadora, enquanto o Cais do Valongo representa os africanos desembarcados, seus descendentes, seu sofrimento e suas formas de resistência. Ela contribui para a valorização da memória de indivíduos e grupos que foram – e ainda são – alvo de intensa violência física e simbólica. A forma final do Cais do Valongo resulta das negociações e dos conflitos entre os principais atores e instituições envolvidos em todo o processo que viemos de analisar.

A festa de inauguração da primeira fase da obra do Projeto Porto Maravilha ocorreu em 1º de julho de 2012, poucos dias antes no início oficial da campanha para as próximas eleições municipais. A pouquíssimos metros do sítio arqueológico, a Prefeitura construiu um espaço em que, com aparelhos interativos e de alta tecnologia, conta um pouco da história da região portuária e, sobretudo, detalha o conteúdo do

Projeto Porto Maravilha. Antes do início da inauguração oficial, houve uma lavagem das pedras do Cais do Valongo pelas ialorixás que participaram do Grupo de Trabalho Curatorial, em que a arqueóloga Tânia Andrade Lima foi homenageada. A cerimônia oficial, que ocorreu em seguida, teve início no Cais do Valongo e contou com a presença do Governador, do Prefeito, do Subsecretário de patrimônio Cultural, dos principais representantes da CDURP e do poder público municipal. Em seu discurso, o Prefeito mencionou a importância histórica da região portuária e o seu desejo de valorizar a história dos afrodescendentes na localidade. Os responsáveis pelo cerimonial da Prefeitura organizaram apresentações de dança afro, samba, capoeira, maculelê, bem como um espetáculo teatral em que se encenava o desembarque da Imperatriz das Duas Cecílias, entre outras atrações. Em seguida, os participantes deslocaram-se para os Jardins Suspensos do Valongo, a poucas centenas de metros, onde foram realizadas outras apresentações teatrais e musicais. A festa se encerrou na Pedra do Sal.

A Carta de Recomendações do Valongo, que encarna a participação popular e, com isso, dá legitimidade ao Circuito da Herança Africana, não foi entregue ao Prefeito. Em meio às inúmeras performances e apresentações que compuseram a festa de inauguração, os representantes do Movimento Negro não encontraram espaço para a entrega do documento. Descontentes com a ausência de uma situação adequada e à altura da Carta, não transmitiram-na ao Prefeito. Ela está até hoje sob a guarda de um de seus integrantes. Em reuniões posteriores, teceram severas críticas à cerimônia de inauguração, na qual não se consideraram representados. Houve um entendimento consensual de que tinham sido excluídos desse processo.

Considerações finais

Ao longo desse trabalho, procurei evidenciar o processo através do qual o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana na Zona Portuária foi progressivamente elaborado. Busquei analisar as disputas que ocorreram em torno da construção progressiva dos seus significados relacionados à escravidão negra, concentrando-me nos conflitos em torno do Cais do Valongo.

A valorização da história negro-africana da região do Valongo não surgiu dos representantes do poder público municipal. Para que essa rede de sentidos fosse

construída, foi necessária uma intensa atuação de integrantes do movimento negro, de historiadores e de arqueólogos, de representantes do Instituto dos Pretos Novos, de lideranças de religiões de matriz africana e da cultura afro-brasileira, mas também por moradores e freqüentadores da zona portuária, por integrantes de outros movimentos sociais e membros da sociedade civil em geral. Estes atores, apesar de não possuírem um entendimento homogêneo ou consensual acerca dos sítios arqueológicos em questão, negociam permanentemente com os agentes prefeitura e do Iphan para fazer valer a sua visão de mundo. Portanto, o que se vê – a criação do Circuito – é o resultado de negociações e de conflitos em que a atuação de diversos agentes foi fundamental.

A recontextualização do Cais do Valongo condensa, a nível simbólico, os dramas vividos pelos negros do passado e do presente. Através dessa conversão semântica, ele é investido de novos poderes: ele evoca o sofrimento e as lutas dos africanos cativos que por lá desembarcaram e provoca o sentimento dos que se consideram seus descendentes e dos que se sensibilizam com essa história.

A criação do Circuito da Herança Africana contribui para (ao mesmo tempo em que evidencia) o processo de ressemantização da Zona Portuária. Inspirando-me numa expressão de Michael Pollak, acredito que este seja um momento fundamental no processo de enquadramento de uma memória afrodescendente da localidade. No entanto, a participação de setores diversificados da sociedade, com suas leituras diferenciadas acerca do Cais do Valongo e do patrimônio afrodescendente da região, deixam as interpretações sempre abertas a novas possibilidades.

A valorização inicial do Cais da Imperatriz vai desaparecendo e dando lugar a um novo discurso em que este, quando aparece, simboliza a dominação dos brancos sobre os negros. Em seu lugar, vão surgindo representações em que os sítios arqueológicos e o patrimônio cultural da região narram histórias de resistência e de dor dos africanos e seus descendentes. A partir desses novos entendimentos, os locais que compõem o Circuito da Herança Africana adquirem uma conotação política, pois contribuem para a luta por legitimação e contra a discriminação dos que se consideram afrodescendentes. Tornam-se, eles próprios, objetos de disputas políticas, em que diferentes setores da sociedade civil e do Estado se confrontam. É no contexto propiciado pela criação dos chamados direitos culturais, garantidos pela Constituição de 1988, que esses fenômenos podem ocorrer, possibilitando a participação da sociedade civil e seus movimentos sociais. No entanto, percebemos o quanto os democráticos mecanismos do que se entende por participação popular esbarram em atitudes autoritárias por parte de diversos

órgãos do Estado e tem muita dificuldade de se instituir de fato, ainda que não mais de direito.

Bibliografia

- ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araújo. “Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil”. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, nº 39, 2007.
- ARRUTI, José Maurício. Mocambo. Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru, EDUSC/ANPOCS, 2006.
- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”. In: _____. *Obras escolhidas 1: magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BLAKEY, Michael. “Le projet de cimetière africain: un paradigme pour la coopération?” *Museum*, n. 245-246, vol. 62, 2010, p. 64-71.
- Catálogo da exposição “Africanos Novos na Gamboa: um portal arqueológico”. Arquivo da Cidade, Secretaria das Culturas e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- CLIFFORD, James. “Objects and selves – an afterword”. In: *Objects and others. History of Anthropology*, vol. 3, The University of Wisconsin Press, 1985.
- COSTA, Flávia Carolina da. Morro da Conceição: uma etnografia da sociabilidade e do conflito numa metrópole brasileira. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- _____. A revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro: políticas, associativismos e movimentos. In: *Actas Del X Congreso Argentino de Antropología Social*. Buenos Aires, Editorial de La Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2011.
- D’ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo. *Revista Afro-Ásia*, nº 19-20, 1997.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- GELL, Alfred. *Art and agency. An anthropological theory*. Oxford, Oxford University Press, 1998.

- GOMES, Edlaine Campos. “Dinâmica religiosa e trajetória das políticas de patrimonialização: reflexões sobre ações e reações das religiões afro-brasileiras”. In: *Interseções*, ano 12, nº 1, 2010.
- GONÇALVES, J. R. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, IPHAN/Coleção Museu, Memória e Cidadania, 2007.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “Cidadania e retóricas negras de inclusão social”. In: *Lua Nova*, São Paulo, nº 85, 2012.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio. A utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- HANDLER, Richard. “On social discontinuity: nationalism and cultural objetification in Quebec”. In: *Current Anthropology*, vol. 25, nº 1, 1984.
- HONORATO, Cláudio de Paula. Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 758 a 1831. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2008.
- LONDRES, Cecília. “Introdução”. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 147, p. 5-9, out-dez 2001.
- MARQUES, Carla Nogueira. Para onde vai a Zona Portuária do Rio de Janeiro? Singularidades do lugar e diversidades de propostas. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia, Centro de Tecnologia e Ciências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil. Rio de Janeiro, 2012.
- MIAGUSKO, Edson. Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- MOREIRA, Clarissa da Costa. A cidade contemporânea: entre a tabula rasa e a preservação. São Paulo, Editora UNESP, 2004.
- MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1995.
- PEREIRA, Júlio César M. da S. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond/IPHAN, 2007.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, 1989.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, 1992.
- STEIL, Carlos Alberto. “Política, etnia e ritual: o Rio das Rãs como remanescente de quilombos”. In: PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.
- STOCKING Jr., George W. “Essays on museums and material culture”. In: *Objects and others. History of Anthropology*, vol. 3, The University of Wisconsin Press, 1985.
- TAVARES, Reinaldo. *Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- VASSALLO, Simone Pondé. “De ossadas a patrimônio afrodescendente: a criação do Instituto dos Pretos Novos na Zona Portuária do Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo, julho de 2012.
- VELHO, Gilberto. “Patrimônio, negociação e conflito”. Rio de Janeiro, *Mana*, vol. 12, nº 1, 2006, p. 237-248.
- VÉRANT, Jean-François. “Old bones, new powers”. In: *Current Anthropology*, abril 2012.
- YATES, Francis. *Art of memory*. Chicago, University of Chicago Press, 1974.

Documentos

Carta de Recomendações do Valongo, 26 de junho de 2012.

Carta do Valongo, Rio de Janeiro, 17 de março de 2011.

Proposta de Carta Aberta de reivindicações referentes ao Cais do Valongo e à Pequena África, Rio de Janeiro, 24 de junho de 2011.

Sites

DAFLON, Rogério. “Cariocas e turistas poderão ver de arquivadas como eram os Cais da Imperatriz e do Valongo”, <http://oglobo.globo.com/rio>, 10 de março de 2011, acessada em 25/05/2012.

O discurso silencioso. www.youtube.com/watch?v=RQP_8pn0U3E. Acessado em 24 de agosto de 2012.

WERNECK, Felipe. “Estrutura de antigo Cais da Imperatriz é achada durante escavação no Rio”. www.estadao.com.br, 01/03/2011, acessada em 25/05/2012.

www.escravosdamaua.com.br, acessado em 30 de maio de 2012.

www.portomaravilha.com.br, acessado em 30 de maio de 2012.

www.revistadehistoria.com.br, acessado em 25 de maio de 2012.